

**DOUTO JUÍZO DA XXXX FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO GAMA-DF**

- De preto, os textos definitivos;
- De azul, os textos que devem ser preenchidos;
- De vermelho ou verde, opções a serem escolhidas ou de preenchimento opcional

Processo nº xxxxxxxx/xxxxx

INTERDITANDO DE TAL - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, endereço eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - (interditado representado por seu curador **ANTIGO CURADOR DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, endereço eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) e **NOVO CURADOR DE TAL** - nacionalidade,

PSA nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, endereço eletrônico xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - vêm, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, arts. 4º, inc. IV), requerer a

MODIFICAÇÃO DE CURATELA

pelas seguintes razões de fato e de direito:

1. PRELIMINARES

2. GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A parte autora **não tem condições de custear as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento**, motivo pelo qual necessita e faz jus à gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil.

A propósito de sua concessão, é expresso o § 3º do art. 99 do Código de Processo Civil no sentido de que “**presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural**”, admitido o indeferimento somente “**se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade**” (art. 99, § 2º, primeira parte) e desde que a parte não tenha atendido a determinação de comprovação do preenchimento dos pressupostos.

3. PRIORIDADE NO TRÂMITE

Consoante cediço, em razão da elevada quantidade de processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário, este não consegue muitas vezes a celeridade esperada. Por tal razão, **prevê o ordenamento jurídico processual prioridade de trâmite em casos em que a celeridade seja presumidamente necessária.**

De fato, o art. 1.048 do Código de Processo Civil dispõe:

Art. 1.048. **Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal**, os procedimentos judiciais:

I - em que figure como parte ou interessado **pessoa com idade igual ou superior a 60** (sessenta) anos ou **portadora de doença grave**, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988¹;

¹ Art. 6º. Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas: inc. XIV - os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional,

II - regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)².

Na legislação esparsa, há também previsão de prioridade no trâmite das ações em que for parte ou interessada **pessoa com deficiência** (art. 9º, inc. VII, da Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão), bem como “**prioridade especial aos [idosos] maiores de oitenta anos**” (art. 71, § 5º, do Estatuto do Idoso).

No caso, a prioridade se deve à existência de interesse de pessoa idosa (maior de 60/80 anos de idade) // pessoa com doença grave // pessoa com deficiência, motivo pelo qual **deve ter tramitação prioritária**.

4. DOS FATOS E DO DIREITO

1. PRELIMINAR DE ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA

Embora normalmente a modificação de curatela venha sendo objeto de ação autônoma, não atingindo a coisa julgada, pode (e deve) tramitar nos próprios autos sempre que possível.

Na circunscrição judiciária do Gama, inclusive, a formulação de pedido de modificação de curatela nos próprios autos da interdição não é novidade, valendo menção aos autos do Processo nº 9245-2/09, que tramitou perante a Segunda Vara de Família do Gama e culminou com decisão favorável em 09.04.2013.

De fato, independentemente da controvérsia doutrinária e jurisprudencial a respeito da incidência da coisa julgada sobre decisões em procedimentos classificados como de jurisdição voluntária, tal controvérsia em nada influi na possibilidade, ou não, de modificação do

tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

² Entre os quais a guarda (art. 33 e ss), a convivência e a pensão alimentícia (art. 33, § 4º), a tutela (art. 36 e ss), a adoção (art. 39 e ss), o afastamento de agressor do lar (art. 130),

curador quando inexistente resistência e portanto dispensada dilação probatória.

Isso porque ainda que admitida a coisa julgada formal relativamente à sentença que constitui a interdição, tal efeito só incidiria sobre a interdição em si, não inviabilizando decisões posteriores necessárias para a coordenação da respectiva curatela, nos interesses do interditado, tal como acontece com a apreciação da declaração de contas, a autorização de alienação de bem do incapaz e a modificação de curatela, principalmente quando amistosa.

Nesse sentido tem sido o entendimento do egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INTERDIÇÃO - ALEGAÇÃO DE QUE, COM A MORTE DO CURADOR, EXTINGUE-SE A INTERDIÇÃO - PROCEDIMENTO QUE VISA, COM A INTERDIÇÃO, A NOMEAÇÃO DO AUTOR-REQUERENTE NO OFÍCIO DE CURADOR - IMPOSSIBILIDADE. - **PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO CURADOR É MERO INCIDENTE A SER POSTULADO NOS PRÓPRIOS AUTOS DA INTERDIÇÃO E NÃO POR MEIO DE NOVO PROCEDIMENTO DE INTERDIÇÃO** - SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÃO DESPROVIDA. Uma vez já verificada a interdição, por meio de processo próprio e pertinente, **o pedido de nomeação de curador, face a morte do anterior, é mero incidente a ser suscitado nos próprios autos da interdição, a ser exercido por simples petição** e não através de processo de nova interdição, pois "a reedição do mesmo pedido importaria em ofensa à coisa julgada" (TJ/RJ - AC 2004 001 16280, 15ª CC , Rel. Henrique Magalhães de Almeida, Julgamento: 22/09/2004)

No mesmo sentido é o entendimento da corte de justiça do Paraná: TJ-PR - 11ª Câmara Cível: AC nº 0404433-3, DJ 7738.

Esse é o caso da presente ação, pois não será o caso de se estabelecer nova discussão sobre a interdição, mas somente de se proferir decisão sobre sua execução, modificando amigavelmente o curador nomeado.

1. DOS FATOS

INTERDITADO DE TAL teve sua interdição decretada, nomeando-se seu curador **ANTIGO CURADOR DE TAL**, consoante se depreende das cópias anexas do processo de interdição.

Hoje, _____, entretanto,
XX.

Mostra-se necessária, assim, a modificação da curatela em questão com vistas a se substituir o curador **ANTIGO CURADOR DE TAL** por **NOVO CURADOR DE TAL**, o qual, ressalte-se, está em condições de bem exercer tal múnus.

2. ORDEM ESTABELECIDADA PARA CURATELA (PREFERÊNCIA LEGAL)

Eis a ordem preferencial estabelecida pelo Código Civil para o exercício da curatela:

Cônjuge ou companheiro(a) não separado(a) de fato ou de direito (art. 1.775, caput);

Pai ou mãe (art. 1.775, § 1º, primeira parte);

Descendente que se mostrar mais apto (art. 1.775, § 1º, segunda parte), preferindo-se os mais próximos (§ 2º);

Outra pessoa escolhida pelo juiz (art. 1.775, § 3º).

No caso, a parte indicada como nova curadora é **marido // mulher // companheiro // companheira** da pessoa interditada.

No caso, a pessoa interditada **não era casado(a) nem vivia em união estável**, e a parte indicada como nova curadora é **pai // mãe** da pessoa interditada. Segue, *em anexo*, concordância//certidão de óbito do outro genitor.

No caso, a pessoa interditada **não era casado(a) nem vivia em união estável**. Seus **genitores** não podem exercer a curatela, consoante se depreende da(s) concordância(s)//certidão(ões) de óbito anexa(s). A parte indicada como nova curadora é **filha** da pessoa interditada e **não existem outros filhos // os demais filhos firmaram concordância com sua nomeação como curador**, consoante declarações anexas.

No caso, a pessoa interditada **não era casado(a) nem vivia em união estável**. Seus **genitores** não podem exercer a curatela, consoante se depreende da(s) concordância(s)//certidão(ões) de óbito anexa(s). A parte indicada como nova curadora é xxxxxx da pessoa interditada e seguem em anexo a comprovação de impossibilidade e desinteresse dos parentes mais próximos que teriam preferência pela lei.

A parte indicada como nova curadora **dispõe-se ao exercício da curatela do(a) Interditado(a)**.

3. BENS DO INTERDITADO

Dispõe o art. 1.745 c.c. o art. 1.774, ambos do Código Civil, que “se o patrimônio do menor for de **valor considerável**, poderá o juiz condicionar o exercício da tutela à prestação de caução bastante, **podendo dispensá-la se o tutor for de reconhecida idoneidade**”.

No caso, entretanto, o(a) interditado(a) **não possui bens (móveis ou imóveis) nem renda, pelo que se requer**, desde já, a dispensa de oferecimento de caução pela parte indicada como nova curadora.

No caso, o(a) interditado(a) **possui os seguintes bens e rendas:** **1) imóvel xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$**

000.000,00; 2) Automóvel xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$ 00.000,00; 3) auxílio doença no valor de R\$ 000,00. Seu patrimônio, entretanto, consoante se observa, não pode ser considerado “*de valor considerável*”. Ademais, a parte indicada como nova curadora é **pessoa reconhecidamente idônea e não tem condições de prestar caução**, razão pela qual se requer, desde já, a dispensa de oferecimento de caução por parte da requerente.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. DAS PROVAS COM QUE SE PRETENDE PROVAR O ALEGADO

Em atenção ao disposto no art. 319, inc. VI, do Código de Processo Civil, registra-se que a parte autora pretende provar o alegado pelos meios de prova indicados **na relação anexa, que integra a presente petição para todos os fins**, sem prejuízo da indicação de outras que ao longo da instrução se mostrarem necessárias.

2. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, **requer-se**:

1. Preliminarmente:

- a) seja concedida a gratuidade de justiça;
- b) seja deferido o trâmite prioritário // prioritário especial;
- c) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

2. **seja modificada a curatela em questão**, substituindo-se o curador ANTIGO CURADOR DE TAL por NOVO CURADOR DE TAL;

3. seja **dispensada a parte Requerente da prestação de caução real ou fidejussória**, pelas razões delineadas.

Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive, se necessário, pela oitiva das testemunhas abaixo arroladas, dando-se o valor da causa **R\$ 100,00**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

Xxxx Xxxxx

Defensor

Público

COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS (art. 319, inc. VI, do CPC)

FATO	PROVAS	
	EM ANEXO	DURANTE A INSTRUÇÃO
Identidade das partes	- Documentos de identificação pessoal	
Da idade // doença grave para fins de <u>prioridade no trâmite</u>	- documento de identidade - laudo médico	
Interdição	Cópia das principais peças do processo (petição inicial, sentença, trânsito em julgado e termo de curatela).	- Testemunha FULANA
Interesse na modificação da curatela	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXX	- Testemunha FULANA - psicossocial
	Prova dispensada, por tratar-se de fato notório (art. 374, inc. I, CPC)	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Prova dispensada, haja vista presunção legal (art. 374, inc. I, CPC c.c. o art. XXXXXXXXX)	

ROL DE TESTEMUNHAS:

1) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, endereço residencial:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
telefones XXXXXXXXXXXXX;

2) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, endereço residencial:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
telefones XXXXXXXXXXXXX;

3) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, endereço residencial:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
telefones XXXXXXXXXXXXX;

/var/www/html/public/files/download/Peca/NPCP - MODIFICAÇÃO DE
CURATELA - ACORDO - próprios autos.docx